

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES**QUESTÃO ÉTNICO/RACIAL E QUESTÃO DE GÊNERO COMO CERNE
DA QUESTÃO SOCIAL****ETHNIC/RACIAL ISSUE AND GENDER ISSUE AS THE CORE OF THE SOCIAL ISSUE****Daniela Machado¹****RESUMO**

No presente artigo buscamos apresentar alguns apontamentos acerca do que muitos autores consideram o objeto do Serviço Social, a questão social, por meio de uma revisão de literatura, a partir de epistemologias e estudos feministas, marxistas. O objetivo deste artigo é evidenciar que a questão étnico/racial e a questão de gênero estão imbricadas e vão além de ser apenas expressões da questão social. Para uma maior aproximação e entendimento acerca da questão social nesta perspectiva, primeiramente apresentaremos alguns elementos chave da formação sócio-histórica brasileira a fim de evidenciar o lugar das pessoas negras e das mulheres em todo processo de constituição e seus desdobramentos no atual contexto nacional. Em seguida abordaremos a questão social numa perspectiva interseccional, em que gênero, raça/etnia e classe estão intrinsecamente interconectados, interrelacionados e interseccionados. Por fim traremos o papel do Estado na produção e reprodução das opressões, desigualdades, preconceitos, enfim, no impedimento de uma real cidadania a determinados sujeitos históricos.

Palavras-chave: Serviço Social, questão social, raça/etnia, gênero, classe.

ABSTRACT

In this article, we seek to present some notes about what many authors consider the object of Social Work, the social issue, through a literature review, based on Feminist and Marxist epistemologies and studies. The purpose of this article is to show that the ethnic/racial issue and the gender issue are intertwined and go beyond being just expressions of the social issue. For a greater approximation and understanding of the social issue in this perspective, we will first present some key elements of the Brazilian socio-historical formation in order to highlight the place of black people and women in the entire constitution process and its consequences in the current national context. Then we will address the

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Assistente Social, email: dm.utopia@gmail.com

social issue from an intersectional perspective, in which gender, race/ethnicity and class are intrinsically interconnected, interrelated and intersected. Finally, we will bring the role of the State in the production and reproduction of oppression, inequalities, prejudices, in short, in the impediment of a real citizenship to certain historical subjects.

Keywords: Social Work, social issue, race/ethnicity, gender, class.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado, que tem por objeto de estudo a produção teórica do Serviço Social e interseccionalidade. Pretende, pois, investigar a categoria interseccionalidade na produção teórica e no interior dos debates do Serviço Social. Considerando-se que o Serviço Social tem se consolidado como área de conhecimento no campo das ciências sociais, sobretudo por ampliar a produção de conhecimento referente à política social, a pesquisa tem por objetivo também, dar suporte para a construção de políticas sociais de forma articulada.

O objetivo deste trabalho é trazer reflexões acerca do que diversos autores consideram objeto do Serviço Social, a tão pesquisada questão social, por meio de uma revisão de literatura, a partir de epistemologias e estudos feministas e teoria marxista.

Pretendemos evidenciar que a questão étnico/racial e a questão de gênero estão imbricadas e vão além de ser apenas expressões da questão social, ao entendermos pois, que elas antecederam e, ao mesmo tempo, sustentaram a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. A partir de referências como Clóvis Moura, Lélia Gonzales, Renata Gonçalves, Cecilia M. B. Sardenberg, Marilda Villela Iamamoto, Maia Carmelita Yasbek, serão apresentadas as interconexões e intersecções de raça/etnia, gênero e classe em torno da questão social.

A escolha de trazer uma perspectiva interseccional é feita por entendermos que o Serviço Social tem tratado as questões de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade, capacidade, dentre outras, de forma fragmentada. Neste sentido, a interseccionalidade, que consideramos uma potente ferramenta analítica, nos permite analisar essas questões de forma relacional e interseccional, sensibilizando nossa leitura de diversas facetas da realidade social, qualificando nossas ações e práticas profissionais, enriquecendo nossa fundamentação teórico metodológica.

Para compreender a questão social, acreditamos ser necessário primeiramente compreender a formação social, política e econômica brasileira. Estes aspectos influenciarão nos diferentes níveis de organização do sistema capitalista, desde o seu surgimento e desenvolvimento à formação social capitalista. É fundamental compreender as questões de raça/etnia e gênero no processo de formação social deste sistema.

Segundo a autora Iamamoto (2001),

A questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública. (IAMAMOTO, 2001, p.10/11).

Contudo, se não se considerar a questão de gênero, raça/etnia e classe dessas pessoas, as políticas sociais seguirão reproduzindo a opressão e violência desse sistema capitalista, patriarcal, racista. Sendo assim, “pensar o trabalho e a questão social na sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade” (IAMAMOTO, 2001, p.13).

Neste sentido o presente trabalho foi estruturado em duas partes a fim de uma melhor organização e explanação das ideias. Na primeira seção discorreremos brevemente sobre os elementos centrais da formação sócio-histórica brasileira a fim de evidenciar o lugar das pessoas negras e das mulheres no processo de constituição e seus desdobramentos no atual contexto nacional. Na segunda seção abordaremos a questão social numa perspectiva interseccional, em que gênero, raça/etnia e classe estão intrinsecamente interconectados, interrelacionados e interseccionados. Colocando ainda, o papel do Estado na produção e reprodução das opressões, desigualdades, preconceitos, enfim, no impedimento de uma real cidadania a certos sujeitos históricos.

2 ELEMENTOS CENTRAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

É preciso compreender que na história da formação social, política e econômica brasileira tivemos uma colonização centrada na escravização da população negra, no latifúndio monocultor de exportação de base escravista, na monarquia, no processo de urbanização e

industrialização que gera uma classe trabalhadora em condições desumanas, nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, na instituição e regressão dos direitos sociais. É dentro destes processos que os sujeitos vão sendo alienados do acesso aos bens materiais, culturais, políticos e econômicos socialmente construídos.

O processo de escravização de africanos forçados a cruzar o oceano atlântico para exploração da sua força de trabalho durou quase quatro séculos (do século XVI ao século XIX). Período de extrema repressão, exploração, marginalização, violências, violações. O Estado brasileiro criou uma estrutura rígida para reprimir qualquer forma de revolta do povo negro e indígena, isto porque a resistência negra por libertação e humanização era constante e intensa. Esse Estado estava estruturado para manter e defender os interesses dos donos de escravizados. Isto quer dizer que “o negro que aqui chegava coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo o peso da ordenação jurídica e sistema militar, e, com isto, todo o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado” (MOURA, 1988, p.21-22). Importante destacar que o povo preto resistiu constantemente à escravização e lutou incessantemente pela sua libertação.

Com o fim da escravização em 1988, legalmente constituído, concomitante ao processo de industrialização em que se estruturava o trabalho assalariado, as correntes que deveriam ser quebradas incorporando as/os trabalhadoras/es negras/os livres à cidadania brasileira, colocou esses sujeitos à margem da sociedade. Como bem coloca a autora Gonçalves (2018)

Ironia das ironias, finalmente libertos(as) e aptos(as) a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva, a não ser, parafraseando Florestan Fernandes (2008), como escória da escória do operariado em formação (GONÇALVES, 2018, p.515).

No Século XIX emergiram as teorias raciais consideradas a “verdadeira ciência”, que inferiorizavam o povo preto a partir de características físicas, intelectuais, morais e comportamentais, taxando-os/as de delinquentes, criminosos, inferiores intelectualmente, enfim, a fim de evidenciar a “superioridade da raça branca”. Foi criado o conceito de eugenia para fundamentar uma política de branqueamento e higienização da população brasileira, estando ainda relacionado ao debate de raça/etnia, gênero, sexualidade, nacionalismo e saúde. Tal política levou à importação de imigrantes europeus com a justificativa de que não havia trabalhadores qualificados, além da ideia de que a imigração “melhoraria as raças” tornando a população cada vez mais branca e pura através da

miscigenação. Esse processo legitimou a dominação econômica e política, definindo espaços de desigualdades, miséria e exploração, e ainda produzindo o racismo. A autora Gonzalez (2020), coloca o racismo como “uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam” (GONZALES, 2020, p.55).

Àquelas/es que construíram uma nação já não estariam aptos para o trabalho assalariado, com o discurso de que não eram qualificados o suficiente, mesmo as/os escravizadas/os estando presente em “todos os ofícios por mais diversificados que eles fossem. Sua força de trabalho era distribuída em todos os setores de atividade” (MOURA, 1988, p.68). As/os ex-escravizadas/os foram afastados do sistema de produção para dar lugar às/aos imigrantes brancas(os), tidos como qualificados, honestos, de bons hábitos, perseverante, o modelo ideal. Em contrapartida o povo preto era tido como indolente, cachaceiro, preguiçoso. Lembrando ainda, que as pessoas negras eram impedidas de estudar.

Estabeleceu-se ainda, o mito da democracia racial por meio do qual o país oficialmente anunciou não existir raças e que os negros não eram socialmente reconhecidos como grupo racial. O que gerou práticas discriminatórias contra as pessoas de cor por não haver como, oficialmente, caracterizar e reconhecer as diversas discriminações raciais que se manifestavam. Neste contexto, “as mulheres negras não existiam como categoria de população oficialmente reconhecida. As mulheres negras desafiaram essas interconexões históricas entre ideias de raça e projeto de construção de nação do Brasil como cenário de apagamento das mulheres afro-brasileiras” (COLLINS; BILGE, 2021, p.40).

Parafrazeando Gonzales, para complementar o que foi colocado sobre o mito da democracia racial, construiu-se um estereótipo do negro como sendo passivo, infantil, incapaz intelectualmente, que aceitou a escravidão tranquilamente, e que todas as tensões e conflitos são superados de forma pacífica (GONZALES, 2020, p.50).

Concomitante a tudo isso, o sistema patriarcal dominava os corpos e a sexualidade das mulheres negras, evidenciando como eram marginalizadas enquanto mulheres e reduzidas à sua raça. As mulheres com fenótipo afro são tidas como trabalhadoras assexuais ou como profissionais do sexo.

A autora Sardenberg (2015), apresentando a visão dos autores Pat e Hugh Armstrong (1983), coloca que “a divisão sexual do trabalho essencial à própria dinâmica do modo de

produção capitalista e não apenas resultante de condições históricas” (PAT; HUGH, apud SARDENBERG, p.68). E mais, a partir das discussões sobre o trabalho doméstico no capitalismo, afirmam que

A divisão sexual do trabalho é essencial a este modo de produção, no nível mais alto de abstração. Em outras palavras, para os Armstrong: se a divisão sexual do trabalho não existisse antes, teria que ser criada pelo capitalismo, caso contrário esse modo de produção não poderia se reproduzir (PAT; HUGH, apud SARDENBERG, p.68).

Os elementos sócio-históricos colocados até aqui nos permitem fazer algumas considerações de como raça/etnia, classe e gênero se interseccionam e os reflexos dessas relações no atual contexto brasileiro. Pois, o processo de industrialização em que se estruturou o trabalho assalariado, contemplou sobretudo os imigrantes europeus. Já aos ex-escravizados restou-lhes a experiência do trabalho ocasional ou do não assalariado. Essa classe operária que emergiu, enfrentou péssimas condições de vida e de trabalho, com longas jornadas de trabalho, baixa remuneração e insegurança, exploração de mulheres e crianças, pobreza das moradias e condições sanitárias. Percebe-se as heranças deixadas pelo sistema colonial, que se estruturou através da dominação, sobretudo de gênero, classe social e raça/etnia.

É neste processo que emergem as políticas sociais, e é no período pós Segunda Guerra Mundial que políticas de proteção social se ampliam, não só nos países centrais capitalistas como em países periféricos, com a construção do *Welfare State*. Estas políticas variavam em relação “à cobertura mais ou menos universal, padrão de financiamento (redistributivo ou não, contributivo ou não), dentre outros aspectos que poderiam compor uma avaliação desse universo” (BEHRING, 2007, p.1-2).

Considerando que as pessoas pretas tiveram acesso limitado, quando tiveram, ao mundo do trabalho livre, as políticas sociais não foram pensadas para essa população que era tolhida de vender sua força de trabalho, quando a vendia, recebiam os piores salários com as ocupações mais precárias. As principais políticas sociais brasileiras estavam atreladas à previdência social, que se dava através de contribuição por meio do trabalho formal. A conquista pela ampliação destas políticas, se deu através da luta dos trabalhadores, contudo, uma parcela da população, o povo preto, ficou na margem do acesso a essas conquistas, e ainda, à mercê da filantropia. E as mulheres que acessavam o mercado de trabalho, recebiam menores salários e jamais acessavam cargos de poder, já as mulheres negras foram sem dúvida as que tiveram menos acesso e foram mais marginalizadas.

3 INTESECCIONANDO RAÇA, CLASSE E GÊNERO

A burguesia dominante fixou o homem, cis-heterossexual, branco, cristão como representação da superioridade étnico/racial, sexual e de gênero na nossa sociedade. Inferiorizando dessa forma, tudo que foge a esse padrão, ou seja, pessoas negras, as mulheres, pessoas GLBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas idosas, enfim. Essa inferiorização pensada pelo cisheteropatriarcado cria mecanismos sociais e simbólicos de dominação. Dessa forma, o racismo, o sexismo, juntamente ao capitalismo geram desigualdades e subordinações, geram diferenças de gênero e raça no que se refere à experiência de classe. Assim como atualmente se reconhece que o capacitismo, o etarismo, o regionalismo, trans/homo/lesbofobia, dentre outros marcadores de diferenciação, também produzem desigualdades e opressões sociais.

O que queremos expressar é que os sujeitos experienciam distinções por classe social, raça/etnia, cor, gênero, sexualidade, capacidade, religiosidade, regionalidade, idade, enfim. São essas diversidades atravessadas em um mesmo corpo que geram maior nível de subalternização, opressão, violência e violações, estando relacional e interseccionalmente interconectadas. O que quer dizer que, para se debater raça e cor, precisa-se articular a questão de gênero, visto que, as mulheres pretas sofrem maior discriminação e violências.

A esses dois indicadores deve-se ainda relacionar a questão de classe, pois, as mulheres negras recebem menores salários que os homens negros e que as mulheres brancas, com ocupações mais precárias e raramente ocupando cargos de poder, se essa mulher for trans e/ou for uma pessoa com deficiência essas condições pioram. A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, pautada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua aponta que, “as mulheres pretas ou pardas se destacaram entre os pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres” (IBGE, 2019). Como afirma Gonzales (2020), a mulher negra sofre tripla discriminação, pois, os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão (GONZALEZ, 2020, p.58).

As mulheres pretas são as que tem menos acesso à educação formal, mesmo as poucas mulheres negras que conseguem maior nível de escolaridade, enfrentam a discriminação por conta da sua cor e aparência. Grandes empresas e multinacionais exigem boa educação e aparência, significando que candidatas negras não serão admitidas. As que não trabalham como doméstica, geralmente atuam na prestação de serviços de baixa remuneração. Segundo dados do IBGE, em 2018,

o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2 796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1 608). Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, as pessoas de cor ou raça preta e parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. Já as mulheres pretas ou pardas receberam menos da metade do que os homens brancos auferem (44%) (IBGE, 2019, p.3).

Grande parte mulheres encontram estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Diante do exposto até aqui, analisando as ideias de Gonçalves (2018), a questão étnico/racial vai além ser apenas uma expressão da questão social, ela é o nó da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. De acordo com a referida autora, em suas análises a partir das ideias de Almeida, é desse processo de transição para o trabalho livre que emerge a questão social. Segundo Gonçalves (2018), “o defeito de cor da população ex-escravizada imputou enormes obstáculos para que esta se constituísse como parte, de fato, da classe trabalhadora, dificultando, inclusive sua constituição como exército industrial de reserva” (GONÇALVES, 2018, p.518). Moura (1988) complementa colocando que “o negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo” (MOURA, 1988, p.6). Afirmamos que, assim como a questão racial, a questão de gênero está entrelaçada juntamente neste nó a que se refere a autora Gonçalves.

Conforme Moura (1988),

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados. Daí o autoritarismo que caracteriza o pensamento de quantos ou pelo menos grande parte dos pensadores sociais que abordam o problema do negro, após a Abolição (MOURA, 1988, p.23).

Consideramos o Estado o principal instrumento produtor e reproduzidor das ideologias de dominação e exploração. Neste sentido, “o Estado sintetiza interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais – o das classes dominantes – sobre os interesses das classes dominadas. O Estado capitalista é sempre um Estado de classes” (OSÓRIO, 2014, p.21).

Isso se expressa em forma de violência, que é manifestada de diversas formas, em múltiplos espaços e níveis, quando as pessoas negras e mulheres não ocupam o espaço universitário e espaços de poder, ocupa as periferias das grandes cidades, vive em situação de insegurança alimentar, desemprego, obtém menor nível de renda, piores ocupações no mercado de trabalho, falta de acesso à educação, saúde, renda, habitação, enfim. Estas condições são fruto dos mecanismos de barragem colocados desde o Brasil-Colônia, que restringem os espaços sociais para essas pessoas e a classe dominante as controla. As pessoas negras, indígenas e não brancas constituem a grande massa de pobreza no país.

Pode-se perceber os desdobramentos do racismo e do sexismo no atual contexto, e a responsabilidade do Estado nestas condições. Estado este, que na verdade se desresponsabiliza, colocando à sociedade civil o peso de assumir suas demandas, necessidades, questões que são fruto da desigualdade social gerada pelas contradições do próprio capitalismo, do racismo, do sexismo, dentre outros. O campo das políticas sociais é uma batalha constante dentro desse sistema, sobretudo com o avanço do neoliberalismo, temos sido afetadas/os com as taxas elevadas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, crescimento do trabalho informal e precário, redução de salários, precarização das relações de trabalho, com intenso aumento de terceirizações e contratos por prazos determinados, entre outros aspectos que afetam a população que vive da venda da sua força de trabalho.

Segundo Yasbek (2018),

Este quadro, vem implicando numa ruptura do histórico pacto entre capital e trabalho que configurou no mundo desenvolvido, o Estado de Bem-Estar Social e na periferia do capitalismo algumas melhorias nas políticas sociais. Nesse sentido, a natureza desse capital precisa ser desvelada para entender o seu ataque contra as políticas sociais em relação às quais a conclusão que se chega é que não interessa a esse “capital manter políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado” (MARQUES, 2018, p. 110) (YASBEK, 2018, p.185).

Os dados mostram os efeitos do racismo, do sexismo e outras formas de preconceito e opressões no atual contexto, pois, o Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIA+, segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia, “300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021. O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas” (Grupo Gay da Bahia, 2021, realease). Sendo ainda um dos países com maior índice de feminicídios e violências contra as mulheres, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, “houve um aumento de 3,3% na taxa de registros de ameaça, e

crescimento de 0,6% na taxa de lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica entre 2020 e 2021. Os registros de crimes de assédio sexual e importunação sexual cresceram 6,6% e 17,8%, respectivamente” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p.7).

O Brasil é também, o líder em homicídios de negros. Segundo dados do IBGE, no período de 2012 a 2017, a taxa de homicídios de pessoas pretas ou pardas aumentou “de 37,2 para 43,4 mortes para cada 100 mil habitantes, enquanto, para a população branca, o índice ficou estável entre 15,3 e 16. Isso mostra que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em 2017” (IBGE, 2019). Morrem, são violentadas/os e violadas/os pelo simples fato de serem mulheres, negras/os, transexuais, homossexuais, travestis, queer, enfim. Se um mesmo corpo expressa mais de um desses eixos, o nível de violência e opressão se multiplica. Além da dificuldade que essa população encontra em conseguir um emprego digno; acessar saúde, educação, habitação e alimentação de qualidade, enfim.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção capitalista se ergueu e sustentou a partir da exploração do trabalho na dimensão do cuidado que não é remunerado ou trabalho remunerado precarizado das mulheres e da escravização de africanas/os trazidas/os de forma forçada de África, produziu a base da opressão racial que segue sustentando tal sistema até o presente momento. Atualmente vivemos a contradição entre o texto constitucional, legislações e medidas implantadas e as velhas práticas autoritárias que desembocam nos resquícios do patrimonialismo. Perpetuando a lógica das desigualdades, passando por cima do que está “garantido” por lei, onde muitos direitos sociais são implementados parcialmente. Isso porque não há vontade política por parte dos governantes em realizar ações que contemplem realmente as demandas da população brasileira.

A partir do golpe de 2016 que tira a presidente Dilma Rousseff do seu mandato, os direitos constitucionais e as políticas sociais tem sofrido intensos ataques e tentativas de desconstrução, pois, a questão da pobreza associada às desigualdades sociais não ganhou visibilidade e prioridade dentro dos governos que seguiram.

Em 2019, assume a presidência, Jair Bolsonaro, filiado a um modelo de desenvolvimento econômico capitalista, institui um projeto societário de destruição da rede de proteção social e dos direitos fundamentais dos/as cidadãos/ãs. No atual contexto, para além da questão das

classes sociais e a pobreza, nos deparamos com a tentativa de destruição de qualquer forma de proteção e direito social e com um violento ataque às diversidades em suas múltiplas expressões e suas distintas identidades. Há uma tentativa de destruição de tudo aquilo que foge à normalidade convencional socialmente, a partir da cisheteronormatividade.

Consideramos que é imprescindível propor ações de forma articulada que contemplem as diversidades, pois, nas questões étnico/raciais, de gênero, de classe, geracional, regional, de orientação sexual, ambientais, de religiosidade, de pessoas com deficiência, enfim, também estão imbricadas a questão social. Se faz necessária a formulação e implementação de políticas de proteção, diante das violências das mais variadas formas e causas, de diversos segmentos ou mesmo do Estado, que tem negado os direitos primários: à vida, à integridade física, à liberdade de movimento, à de expressão, dentre outros.

Pensamos ser essencial abordar a questão étnico/racial e de gênero de forma interseccional, juntamente à classe, geração, capacidade, sexualidade, regionalidade, nacionalidade, dentre outros marcadores, para não naturalizar o racismo, o sexismo e outras formas de preconceito e opressões na elaboração de políticas públicas, serviços e projetos.

É preciso, pois, que as políticas sociais se expandam na direção de viabilizar o protagonismo dos sujeitos subalternizados, estigmatizados, enfim, de modo que esses, possam expressar seus anseios, desejos e reivindicações, realizando uma efetiva participação política, a fim de construir relações democráticas e autônomas de todos os sujeitos sociais, que seja um processo de construção coletiva realizado por grupos, povos, classes sociais.

Para que esse protagonismo se realize é premente uma equipe profissional que faça uma leitura concreta da realidade social, que considere uma multiplicidade de significados partilhados nas relações entre os sujeitos, estudando a historicidade social com uma visão crítica em que perpassa a interseccionalidade. Que perceba que a pressão do sistema capitalista gera ações burocratizadas, descontinuas e fragmentárias. Que compreendam os antagonismos e as lutas de classe, onde as relações sociais exibem antagonismos e contradições que se apresentam como processos totais. Que contemple as diversidades que expressam esses sujeitos e suas identidades.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. Fundamentos da política social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.23-39.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Biblioteca, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 28 Fev. 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2019. Disponível em: Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: 28 Fev. 2023

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos. Agência IBGE Notícias, 2019.

Disponível em: Taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos | Agência de Notícias (ibge.gov.br) Acesso em: 28 Fev. 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Disponível em: 10-anuario-2022-femicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf (forumseguranca.org.br) Acesso em: 28 Fev. 2023.

GONÇALVES, Renata. **Quando a Questão Racial é o Nó da Questão Social**. Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GONZALÉZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.49-64.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil. Relatório 2021.

Disponível em: mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf (wordpress.com). Acesso em: 28 Fev. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. IN: **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Temporalis, Brasília: ABEPSS, Graflin, n. 3, ano 2, p. 9-32, jan./jul. 2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1968.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019. (Primeira parte – 17-158).

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais**. Mediações, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul./dez., 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro.** Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 21, n.1, 2018, p.183-194.